

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8/XVI/1^a

AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E DOS SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A população empregada a receber o salário mínimo nacional correspondia, no final de 2023, a cerca de 20% do total, segundo os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Portugal é dos 14 países da União Europeia onde a retribuição mínima ainda está abaixo dos mil euros mensais, segundo os dados do Eurostat e continua a ser um dos países da União Europeia com maior desigualdade salarial, quando comparamos o decil dos salários mais altos e o decil dos salários mais baixos. A este facto está associada uma tendência preocupante: esta desigualdade não tem parado de crescer. Perante o desequilíbrio e a estagnação da contratação coletiva, o salário mínimo vem-se transformando numa espécie de “salário nacional” em vários setores. Na outra ponta da pirâmide, multiplicam-se os salários milionários de gestores.

A distribuição da riqueza produzida continua a ser profundamente desigual. A parte do rendimento nacional composta pelos salários é claramente minoritária: cerca de 46% em 2023. Essa percentagem já foi de mais de 60%. Aumentar o peso dos salários no PIB, equilibrando-o face ao capital, tem de ser uma prioridade.

Os salários aumentam muito menos que a produtividade. De acordo com um relatório do Conselho Económico e Social de 2023, a produtividade aumentou 97% nos restaurantes e hotéis entre 2012 e 2019, mas os salários apenas 27%; na educação 21%, mas os salários diminuíram 6%; na agricultura 33%, mas os salários apenas aumentaram 8%. A riqueza acrescida produzida nestes setores não está a ser distribuída.

A valorização dos salários - sem qualquer artifício que impeça um real aumento do rendimento do trabalho - tanto no setor público, como no setor privado é uma resposta essencial.

A retribuição mínima mensal garantida foi criada através do Decreto-Lei nº 217/74, de 27 de maio, e correspondeu à concretização de uma justa aspiração de dignificação das condições salariais da classe trabalhadora. Uma política de esquerda deve ter na valorização de salários e de rendimentos do trabalho uma prioridade. Só através da efetiva recuperação de rendimentos é possível responder à perda do poder de compra a que estamos a assistir.

Os dados continuam a indicar que existem cerca de 10% de trabalhadores em risco de pobreza e não conseguem aceder a um conjunto de bens que o trabalho deveria garantir como a habitação, aquecimento, outros bens essenciais. São mais de meio milhão de trabalhadores pobres em Portugal. Baixos salários, desigualdade salarial e trabalho precário desempenham papel fundamental na manutenção da pobreza assalariada.

A inflação, o aumento dos juros, o aumento de preços dos bens essenciais, o aumento dos preços da habitação, não sendo acompanhados de uma valorização salarial, significam empobrecimento e agravamento da desigualdade de distribuição de rendimento entre capital e trabalho, além da dinâmica que geram na diminuição da procura interna.

Em setembro de 2023, o Banco de Portugal indicava que quase 5% das famílias está em risco de gastar mais de metade do salário com crédito à habitação, em resultado da subida das taxas de juro. Ao todo, serão perto de 70 mil famílias nessa situação, praticamente o dobro daquilo que se verificava há dois anos.

Por sua vez, o preço do cabaz alimentar de 63 bens essenciais, de acordo com a DECOProtest, custava cerca de 216,02 euros a 20 de setembro de 2023, uma subida de 27 cêntimos (mais 0,13%) em comparação com o dia 13 de setembro, e uma descida de 3,39 euros (menos 1,55%) face ao início de 2023. A 23 de fevereiro de 2022, véspera da invasão da Ucrânia pela Rússia, para comprar exatamente os mesmos produtos as famílias gastavam 183,63 euros. Entre essa data e 20 de setembro de 2023, este cabaz já aumentou 32,39 euros, trata-se de uma subida de 17,64 %.

A valorização salarial deve também ser exigida a quem contrata com o Estado, que deve rever também nesse sentido os seus contratos e adjudicações. Cabe ao Estado, nos

concursos públicos que lança exigir contrapartidas do ponto de vista do padrão laboral que as instituições com quem contrata devem ter. E deve também prever essa alteração nos contratos que já celebrou.

O aumento e atualização do salário mínimo nacional em linha com o custo de vida é uma decisão com efeitos positivos, quer enquanto política de combate às desigualdades e de uma distribuição menos desequilibrada de rendimento, quer enquanto instrumento macroeconómico, capaz de estimular a procura interna.

O Bloco de Esquerda considera fundamental continuar a garantir que o salário mínimo nacional, por via da sua atualização e do aumento do seu valor, possa contribuir para diminuir as desigualdades e promover a justiça social.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1- Aumente no imediato, ainda no primeiro semestre de 2024, o Salário Mínimo Nacional para os 900 euros;
- 2- Inicie um processo negocial com os sindicatos e estruturas representativas dos trabalhadores da Administração Pública e do setor empresarial do Estado com vista a uma atualização extraordinária dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública, tendo em conta o aumento dos bens essenciais e a nova estrutura da despesa das famílias, tomando como proposta base aumentos em linha com a inflação;
- 3- Reveja os contratos de organismos públicos com empresas externas, bem como os acordos de cooperação com o setor social, atualizando os seus valores tendo em conta o impacto deste aumento do salário mínimo.

Assembleia da República, 26 de março de 2024.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

José Soeiro; Fabian Figueiredo; Mariana Mortágua; Joana Mortágua; Marisa Matias